

EDUCAÇÃO, TRABALHO E MERITOCRACIA: DOCÊNCIA E FORMAÇÃO DO ALUNO SOB O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Isadora Simões Leonardo ¹
Liziane Bohns Soares ²
Carla Amorim Neves Gonçalves ³

RESUMO

Do percurso de formação inicial docente, buscou-se analisar como a educação está determinada pelo capitalismo contemporâneo. Marcado pela mercantilização das relações sociais, pela centralidade do trabalho como mercadoria e pela naturalização das desigualdades, esse contexto produz efeitos sobre a formação dos sujeitos. Os processos educativos vêm sendo orientados pelo produtivismo, pelo desempenho quantificável e pela responsabilização individual, tensionando a relação professor-aluno e reduzindo a educação à lógica meritocrática. Condições como classe social, raça e território, que estruturam as trajetórias escolares, são muitas vezes desconsideradas. O estudo constitui-se como uma análise reflexiva fundamentada no materialismo histórico-dialético, na perspectiva marxiana, articulando leitura crítica da teoria social e interpretando a educação como prática historicamente determinada pelas relações de produção capitalistas, com sustentação empírica nos dados do Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A análise reafirma que classe social, raça e território condicionam o acesso, a permanência e o êxito escolar. Indica ainda que, apesar dos avanços quantitativos no acesso à escolarização, persistem disparidades educacionais que se expressam no cotidiano das escolas públicas, impactando a prática pedagógica e as condições de trabalho docente, bem como os processos de ensino-aprendizagem. A literatura crítica evidencia que a educação opera simultaneamente como mecanismo reprodutor de desigualdades e como campo estratégico de resistência. A partir das experiências vivenciadas no PIBID, discutem-se as possibilidades de uma formação inicial docente crítica na conjuntura capitalista, capaz de contribuir para a minimização das desigualdades.

Palavras-chave: Constituição dos sujeitos, Desigualdades educacionais, Escola pública, Formação docente crítica, PIBID.

INTRODUÇÃO

¹ Graduando do Curso de Ciências Biológicas Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande- FURG, isasimoesleonardo@gmail.com;

² Especialista. Professora da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, Supervisora PIBID, liziane-bohns154@educar.rs.gov.br;

³ Doutora. Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande- FURG, Coordenadora Acadêmica PIBID, camoringon@furg.br;



A educação, enquanto prática social historicamente situada, é discutida na literatura educacional como indissociável das relações econômicas, políticas e sociais que constituem a sociedade. Na conjuntura do capitalismo contemporâneo, marcada pela intensificação das desigualdades e pela centralidade da lógica mercantil, a educação passa a ser progressivamente subordinada às dinâmicas do trabalho e do mercado conforme problematiza Mészáros (2008). Nesse contexto, os sistemas educacionais tendem a ser regidos por princípios de eficiência, produtividade e competitividade, configurando-se como mecanismos de reprodução das relações sociais vigentes. Diante disso, a escola deixa de ser concebida prioritariamente como espaço de formação humana ampla e passa a ser atravessada por demandas externas que a condicionam às necessidades do capital, redefinindo seus objetivos, práticas e sujeitos. Segundo Mészáros (2008), a educação deve ser compreendida como parte constitutiva das relações entre capital e trabalho, marcada por limites e contradições que também colocam em debate suas possibilidades de superação. Para este autor, no sistema do capital, a educação constitui-se como mercadoria, originando suas próprias problemáticas, como a crise do sistema público de ensino, oprimido pelas demandas do capital e pelos recorrentes cortes de recursos orçamentários. A educação se constrói por meio da internalização de circunstâncias que legitimam um sistema baseado na exploração do trabalho como principal mercadoria, produzindo, por consequência, processos de alienação e conformação social. Tal racionalidade remodela os modos de organização escolar, influencia a configuração dos currículos e os mecanismos de avaliação, inserindo a escola em uma lógica de gestão e responsabilização, na qual os resultados educacionais passam a ser medidos como indicadores de qualidade. Ao privilegiar o desempenho quantificável, essa lógica contribui para a naturalização das desigualdades e para a individualização do sucesso e do fracasso escolar, deslocando para o indivíduo, ainda em processo formativo, a responsabilidade por sua autogestão (Mészáros, 2008).

O presente trabalho tem como objetivo analisar criticamente as relações entre educação, trabalho e meritocracia no capitalismo contemporâneo, com foco no papel da docência e na formação do aluno. Para tanto, a pesquisa fundamenta-se em uma abordagem de caráter teórico-crítico, ancorada na análise bibliográfica de autores que discutem a educação a partir de uma perspectiva materialista, bem como na utilização de dados e documentos que expressam a realidade educacional brasileira. As discussões desenvolvidas ao longo do texto evidenciam como a lógica mercantil e os discursos meritocráticos se fazem presentes no cotidiano das instituições de ensino, moldando práticas pedagógicas, processos avaliativos e a compreensão social acerca do sucesso e do fracasso escolar, ao mesmo tempo



em que tensionam os limites e as possibilidades da educação enquanto prática social inserida em uma sociedade marcada por profundas desigualdades. Nesse sentido, compreende-se que uma reformulação da educação não pode ocorrer de forma dissociada de transformações estruturais na ordem social, uma vez que as práticas educacionais devem cumprir sua função histórica de promover mudanças sociais, e não apenas atuar na correção de problemáticas produzidas pela própria ordem vigente.

METODOLOGIA

A pesquisa orienta-se pelo materialismo histórico-dialético, sob a perspectiva marxiana, compreendendo a realidade social como totalidade concreta e contraditória. Nessa concepção, a educação não é analisada isoladamente, mas interpretada como fenômeno social historicamente condicionado pelas relações de produção, pelas estruturas econômicas e pelas mediações políticas e ideológicas que configuram o capitalismo contemporâneo.

A fundamentação teórica foi constituída a partir de obras que possibilitam a articulação entre estrutura econômica e prática pedagógica. *O Capital*, de Marx, fornece elementos para compreender as determinações materiais que estruturam a relação entre capital e trabalho; *A educação para além do capital*, de Mészáros, aprofunda a crítica à mercantilização da educação; e *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Autonomia*, de Freire, sustentam a dimensão da práxis e a potencialidade emancipatória da ação educativa como possibilidade de superação das desigualdades educacionais.

A partir da leitura crítica das obras, foram identificados conceitos centrais, como trabalho, desigualdade, alienação e mercantilização, fundamentais para a compreensão das contradições do capitalismo. Tais conceitos orientaram a interpretação de indicadores educacionais e sociais extraídos do Censo Demográfico de 2022, especificamente aqueles relativos aos percentuais de alfabetização, níveis de escolaridade e suas relações com raça e território, evidenciando as mediações entre estrutura econômica e realidade educacional.

Os dados utilizados constituem fontes secundárias oficiais de natureza pública, provenientes do Censo Demográfico de 2022 e disponibilizados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, consistindo em percentuais relativos aos indicadores educacionais selecionados, sendo interpretados como manifestações quantitativas das condições materiais da sociedade brasileira.

O movimento analítico orienta-se pela relação entre as contradições estruturais, o discurso meritocrático e as determinações materiais evidenciadas pelos indicadores



educacionais. Busca-se apreender as mediações entre estrutura econômica e práticas educativas, compreendendo a educação como espaço atravessado por dualidades, de modo que não seja reduzida a mero objeto interpretativo, mas concebida como campo de práxis, no qual reflexão crítica e ação transformadora se articulam.

REFERENCIAL TEÓRICO

Trabalho, mercadoria e educação no capitalismo

Conforme argumenta Marx (2013), o trabalho é a mediação fundamental por meio da qual as sociedades produzem suas condições materiais de existência, constituindo suas relações sociais. No capitalismo, o trabalho configura-se como o principal fator de produção, podendo assumir caráter intelectual ou manual, estando condicionado por dois elementos centrais para sua execução: a criação e o tempo disponível, que entram em constante tensão no processo de realização do produto final gerado pela força de trabalho. A partir de uma perspectiva ontológica, o trabalho expressa a capacidade criadora humana, sendo uma atividade consciente e transformadora, que possibilita aos indivíduos apropriarem-se da natureza e, simultaneamente, transformarem a si próprios e o meio em que se desenvolvem. Na crítica ao modo de produção capitalista, Karl Marx apresenta o trabalho como historicamente subordinado às relações sociais que convertem a força de trabalho em mercadoria, impregnando-se de uma lógica de exploração do homem pelo homem, da natureza e da acumulação privada de riqueza (Marx, 2013).

Para Marx, no capitalismo contemporâneo, a mercadoria não se limita a um objeto material a ser possuído, mas expressa relações sociais específicas, nas quais o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso. Essa dinâmica mercantil tende a organizar as relações sociais segundo a lógica da troca, da competitividade e da equivalência abstrata entre os indivíduos, aproximando-as, cada vez mais, dos mecanismos de compra e venda próprios do mercado. Nesse cenário, a educação passa a integrar esse movimento, sendo progressivamente atravessada por tais determinações (Marx, 2013).

Na crítica marxiana, a educação ao incorporar os princípios dessa lógica mercantil, inicia um processo no qual passa a ser explorada e reconfigurada, produzindo distorções nas relações de ensino-aprendizagem e promovendo alterações em seus objetivos, conteúdos e métodos, agora redefinidos a partir das necessidades da sociedade capitalista. Dessa forma, a educação perde gradualmente sua função de formação humana ampla, cedendo espaço à valorização de competências, habilidades e comportamentos considerados úteis às dinâmicas



do mercado de trabalho. Consolida-se, assim, a ideologia de que a escolarização deve corresponder prioritariamente às demandas de empregabilidade e competitividade que atravessam as relações sociais contemporâneas (Marx, 2013).

Para Mészáros, a mercantilização da educação materializa-se tanto na expansão do setor privado quanto na incorporação de critérios empresariais na gestão das instituições públicas de ensino (Mészáros, 2008). Os currículos passam a ser reorganizados com foco na capacidade de inserção profissional, enquanto os processos avaliativos são padronizados e orientados por indicadores quantitativos de desempenho. Exames em larga escala, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), exemplificam esse movimento ao reduzir significativamente a complexidade dos processos formativos a resultados mensuráveis, convertendo-os em parâmetros de qualidade educacional. Esse processo tende a concentrar os melhores indicadores em instituições com maior acúmulo de capital, majoritariamente pertencentes ao setor privado, aprofundando desigualdades e esvaziando o caráter crítico da educação em favor da reprodução das relações sociais exigidas pelo capital.

Nesse percurso, a alienação, conceito central da crítica marxiana, também se manifesta no âmbito educacional. O processo alienante ocorre quando os sujeitos não reconhecem o controle sobre o sentido e a finalidade de suas próprias atividades, vivenciando o trabalho como algo externo, distante e imposto. Na educação, a alienação expressa-se na fragmentação do conhecimento, no distanciamento entre teoria e prática e na ausência de apoio institucional ao trabalho docente, que passa a ser atravessado por exigências que limitam a autonomia pedagógica e reduzem o ato de ensinar a uma prática técnica e operacional.

Conforme analisa Mészáros (2008), a educação constitui-se como um dos pilares da reprodução da ideologia da sociedade capitalista, ao contribuir para a naturalização das desigualdades de classe. Ao deslocar a responsabilidade educacional do Estado e das estruturas sociais para o esforço individual, o sistema educacional reforça a ideologia meritocrática, atribuindo o sucesso e o fracasso escolar às capacidades individuais dos sujeitos em formação. Desse modo, a escola participa da legitimação das hierarquias sociais ao apresentar as disparidades como resultados de mérito, ocultando suas determinações históricas, econômicas e estruturais (Mészáros, 2008).

Educação emancipadora e práxis transformadora

A educação não se limita à transmissão de conhecimentos, mas se constitui como espaço de transformação das relações sociais. Pensar o ato de educar sob uma perspectiva



emancipatória implica reconhecê-lo como um processo de caráter político, ético e, sobretudo, coletivo, o que confronta diretamente a lógica de individualização imposta pelo capital.

Uma educação comprometida com a emancipação social parte do reconhecimento dos indivíduos como sujeitos históricos, capazes de atuar criticamente sobre o mundo, contrapondo a ideia de seres passivos diante da realidade social (Freire, 2019). Essa concepção tensiona modelos de ensino que reduzem o educando à condição de mero receptor de informações. A prática educadora emancipatória assume um caráter dialógico, no qual ensinar e aprender são indissociáveis, sustentados pela reflexão crítica e pela construção coletiva do conhecimento.

Em contraposição, a educação tradicional, marcada pela centralização dos saberes e pela hierarquização das relações pedagógicas, contribui para a reprodução da alienação social e para a submissão do conhecimento a formas rígidas e descontextualizadas.

A educação emancipadora não se restringe à reflexão abstrata, tampouco à ação imediata desprovida de análise crítica, mas se constrói na articulação entre ação e reflexão. Educar para além das exigências do mercado de trabalho significa educar para a vida, possibilitando que os sujeitos compreendam a realidade como parte constitutiva de sua existência e, portanto, como algo passível de transformação. Essa concepção rompe com práticas pedagógicas mecanizadas e instrumentalizadas, pautadas por uma lógica empresarial, ao afirmar o conhecimento como resultado da articulação entre saberes sistematizados e experiências concretas vivenciadas no contexto social. A educação, nessa perspectiva, contribui para revelar as contradições do sistema social, favorecendo a construção de uma leitura histórica e política das desigualdades que marcam a sociedade capitalista.

Deste modo, a função docente ultrapassa o papel técnico e assume uma dimensão ética e politicamente comprometida. O educador, enquanto sujeito histórico, atua como mediador do processo educativo, comprometido com a formação crítica dos estudantes e com a leitura do mundo em que estão inseridos. Tal atuação não se pauta pela neutralidade, mas por valores que reconhecem a educação como espaço de práxis transformadora e de resistência, ainda que limitada pelas contradições impostas pelo capital (Freire, 2011).

Por fim, a educação não pode ser compreendida como solução imediata para as contradições sociais, tampouco como instrumento isolado de superação das desigualdades. Trata-se de um processo histórico, coletivo e inacabado, que se constrói no interior das lutas sociais e das disputas por projetos de sociedade. Compreendê-la como prática de liberdade e de conscientização permite tensionar seus limites no interior do capitalismo, sem



desconsiderar seu potencial enquanto espaço de formação de sujeitos críticos, historicamente situados e comprometidos com a transformação social.

A partir da crítica materialista, torna-se evidente que a educação, subordinada à lógica da mercantilização, encontra limites objetivos para sua capacidade emancipatória plena. No entanto, tais limitações não invalidam sua dimensão política, tampouco sua funcionalidade na construção da consciência crítica. Contrariamente, é justamente no âmago do contraditório que a educação revela seu caráter de resistência, ao afligir as neutralizações impostas pela ideologia meritocrática e ao relevar as relações sociais que sustentam a exploração humana, da natureza e das vulnerabilidades biopsicossociais. Nesse sentido, a educação não se propõe como solução redentora das contradições sociais, mas como prática histórica capaz de produzir falhas na ordem vigente.

Diante disso, pensar a educação como resistência implica recusá-la enquanto mercadoria e reafirmá-la como direito social e prática coletiva. Significa compreender que, apesar das limitações impostas pelas condições estruturais do capitalismo, a educação pode e deve desempenhar um papel fundamental na constituição de consciências críticas, de classe, e na disputa por projetos educativos orientados pela dignidade humana, pela justiça social e pela transformação das relações que sustentam a ordem estabelecida.

O presente trabalho tem como objetivo analisar criticamente as relações entre educação, trabalho e meritocracia no capitalismo contemporâneo, com foco no papel da docência e na formação do aluno. Para tanto, a pesquisa fundamenta-se em uma abordagem de caráter teórico-crítico, ancorada na análise bibliográfica de autores que discutem a educação a partir de uma perspectiva materialista, bem como na utilização de dados e documentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que expressam a realidade educacional brasileira. As discussões desenvolvidas ao longo do texto evidenciam como a lógica mercantil e os discursos meritocráticos se fazem presentes no cotidiano das instituições de ensino, moldando práticas pedagógicas, processos avaliativos e a compreensão social acerca do sucesso e do fracasso escolar, ao mesmo tempo em que tensionam os limites e as possibilidades da educação enquanto prática social inserida em uma sociedade marcada por profundas desigualdades.

A estas reflexões comparam-se as experiências vividas no âmbito do PIBID – FURG, subprojeto interdisciplinar Biologia e Química, que contrapõem a lógica meritocrática e possibilitam aos docentes em formação uma prática social crítica, promovendo a leitura das desigualdades educacionais e a construção de posicionamentos e perspectivas pedagógicas comprometidos com a transformação social.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), oriundos do Censo Demográfico de 2022, evidencia as desproporções educacionais do Brasil, que permanecem intensamente vinculadas às condições sociais, raciais e territoriais da população. Ainda que a taxa de alfabetização da população com idade superior a 15 anos alcance 93%, cerca de 7% dos indivíduos encontram-se em situação de vulnerabilidade educacional, permanecendo não alfabetizados. Tal cenário expõe as falhas na democratização do acesso ao direito básico à educação, que não se efetiva de forma universal.

Ao observar os dados referentes ao nível de instrução da população, identifica-se que aproximadamente 32% dos brasileiros não possuem qualquer formação escolar ou não concluíram sequer o ensino fundamental. Ademais, apenas 15,4% concluíram o ensino fundamental sem alcançar o ensino médio, o que salienta que quase metade da população não atinge a conclusão da educação básica. Em sequência, vê-se que somente 16,8% da população possui ensino superior completo, demonstrando que a formação superior permanece inacessível a mais de 80% da população brasileira.

Esses dados relacionam-se diretamente à ideologia meritocrática, que atribui o êxito educacional exclusivamente ao esforço individual, desconsiderando as condições materiais que estruturam as trajetórias escolares. A permanência de baixos índices de escolarização não deve ser interpretada como resultado de escolhas individuais, mas como expressão de trajetórias de sobrevivência da população em um contexto marcado por profundas desigualdades estruturais.

Os desníveis educacionais também se expressam no recorte territorial. De acordo com o Censo, 8,1% da população brasileira reside em assentamentos irregulares, as favelas, caracterizados por condições precárias de vida e pela insuficiência de políticas públicas capazes de atender às necessidades básicas dos indivíduos, enquanto 91,9% residem fora desses territórios. A concentração da população às margens sociais, com acesso limitado ou inexistente a equipamentos educacionais, reforça a compreensão de que o território no qual o sujeito se desenvolve constitui fator determinante para suas oportunidades educacionais.

As análises a partir do recorte de cor ou raça explicitam ainda mais as desigualdades das condições materiais de vida. A população brasileira é composta majoritariamente por pessoas pardas (45,3%) e brancas (43,5%), com menor representatividade de pessoas pretas (10,2%) e indígenas (0,6%). Historicamente, esses grupos sofreram, e ainda sofrem, os efeitos



do período colonial, cujas consequências se refletem no acesso à escolarização, reafirmando que as discrepâncias educacionais não podem ser dissociadas do racismo estrutural e das hierarquias sociais produzidas historicamente.

A leitura articulada desses dados permite compreender que a educação, no capitalismo contemporâneo, atua simultaneamente como espaço formador e como artefato de reprodução das desigualdades sociais. Os resultados evidenciam que as trajetórias educacionais são determinadas pela classe, raça e território de desenvolvimento dos sujeitos, desafiando a ideologia de neutralidade política do sistema educacional e reforçando a necessidade de análises críticas que reconheçam a educação como campo no qual a política e os efeitos sociais caminham conjuntamente.

A partir da crítica materialista, torna-se evidente que a educação, subordinada à lógica da mercantilização, encontra limites objetivos para sua capacidade emancipatória plena. No entanto, tais limitações não invalidam sua dimensão política, tampouco sua funcionalidade na construção da consciência crítica. Nesse sentido, a educação não se propõe como solução redentora das contradições sociais, mas como prática histórica capaz de confrontar na ordem vigente, especialmente quando os educandos possuem contato com metodologias educacionais críticas e reflexivas, como as observadas nas licenciaturas das instituições públicas de ensino superior e aquelas vinculadas a programas como o PIBID.

No PIBID, desde 2022, as autoras têm desenvolvido metodologias de ensino que articulam a autonomia dos estudantes no ensino de ciências de forma ativa. Contudo podemos demarcar os impactos do capitalismo contemporâneo também nestes espaços. A universidade brasileira, mais plural e repleta de ações afirmativas, ainda não consegue sozinha contrapor os danos históricos sobre a população trabalhadora com suas vulnerabilidades. A baixa procura por cursos como licenciatura, a crescente evasão, as metodologias tradicionais, especialmente avaliativas continuam reproduzindo desigualdades. Ainda são poucos estudantes e professores negros e negras no ensino superior. A realidade da educação básica não é distinta.

A inserção no PIBID permitiu observar, de forma concreta, como as desigualdades sociais atravessam as salas de aula, desafiando discursos meritocráticos presentes no cotidiano educacional. Situações como a ausência de materiais escolares adequados, vestimentas insuficientes para o clima e a relação de dependência da alimentação fornecida pela escola evidenciam condições materiais desiguais que interferem diretamente nos processos de aprendizagem. Do mesmo modo, a diferença de repertório cultural, de acesso à internet e computadores e de apoio familiar refletem-se no desempenho avaliativo, favorecendo estudantes com melhores condições socioeconômicas. Em determinados momentos, inclusive,



a própria dinâmica escolar se demonstrava fragilizada por esses fatores de desigualdade, como no final do ano letivo, no momento de fechamento de notas, quando a reorganização de pontuações para aprovação revelava contradições entre a avaliação formal, a aprendizagem real e as exigências institucionais. A presença de estudantes não alfabetizados incluídos em turmas de anos finais, com atividades restritas a colorir, também explicitava limites estruturais da escolarização sob condições desiguais.

Tais vivências corroboram as críticas de Marx e, posteriormente, de Mészáros, à luz do materialismo histórico, ao evidenciarem que as desigualdades educacionais não se configuram como desvios pontuais, mas como expressões das contradições do próprio sistema capitalista. Essas disparidades são constantemente naturalizadas, revelando que as condições materiais de existência condicionam as possibilidades concretas de acesso ao conhecimento, em contraponto à ideia de que o fracasso escolar resulta exclusivamente do esforço individual, ainda que se apresente sob o discurso de igualdade de oportunidades.

Por outra perspectiva, a mesma experiência formativa revelou práticas que tensionam a lógica mercadológica, evidenciando que a educação pode operar em uma dualidade, tanto como mecanismo de reprodução das desigualdades quanto como espaço coletivo de formação humana. Ainda que esteja inserida na lógica do capital, a educação não se reduz à sua função reprodutiva, constituindo-se também como espaço de transformação social. Em nossas vivências, saídas de campo, como as idas ao Museu Oceanográfico e à Cooperativa de Reciclagem Navegantes, favoreceram relações de cooperação entre os estudantes, que se ajudavam mutuamente, reconheciam fragilidades e valorizavam as potencialidades da turma, inclusive com gestos espontâneos de inclusão de colegas com Transtorno do Espectro Autista. Atividades pedagógicas lúdicas e participativas também evidenciaram processos de transformação, especialmente quando estudantes anteriormente rotulados como “desinteressados” demonstraram envolvimento, capacidade de argumentação e habilidades de apresentação. Observou-se ainda que muitos alunos em situação de maior vulnerabilidade mantinham forte vínculo com a escola, compreendendo-a como espaço de pertencimento, convivência e cuidado, o que reforça sua dimensão social para além de sua função instrucional.

Nesse contexto, as ações desenvolvidas no âmbito do PIBID subprojeto Biologia e Química evidenciaram possibilidades concretas de construção de uma prática educativa orientada por sentidos sociais mais humanos, articulando conhecimento científico, formação cidadã e compromisso coletivo. A própria política de bolsas de iniciação à docência tem se



mostrado fundamental para a permanência estudantil, possibilitando maior dedicação às atividades formativas e ampliando o acesso a discussões críticas sobre a educação pública.

Atividades com metodologias ativas como a produção de mosquiteiras, o preparo de pães para explicar fermentação e esquematizar células animais e vegetais, campanhas de conscientização sobre doação de órgãos e sangue, entre outras temáticas, demonstram que a aprendizagem pode tornar-se significativa e crítica, quando vinculada à realidade social dos alunos. As atividades desenvolvidas dialogam diretamente com a perspectiva freireana sendo discutidas em nossos encontros formativos na universidade, possibilitando a construção de uma fundamentação vinculada à realidade social e aproximando o ensino das experiências concretas do sujeito em formação.

As experiências vivenciadas no PIBID evidenciam, de forma concreta, que as desigualdades indicadas pelos dados censitários e analisadas pela teoria crítica não se limitam ao plano abstrato, mas se fazem presentes no cotidiano das escolas públicas e na própria formação docente. No entanto, também demonstram que, mesmo inserida em um sistema estruturalmente contraditório, a educação ainda pode levar à formação cidadã. A experiência no programa permitiu compreender que a formação docente crítica não se constrói apenas pela leitura da realidade, mas pela intervenção nela, tensionando discursos meritocráticos e reafirmando a escola como espaço aberto para práticas de pertencimento, solidariedade e possibilidade de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz das reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho, torna-se incontestável que a educação, analisada sob o capitalismo contemporâneo, constitui-se como campo marcado por complexas contradições. Submetida às determinações estruturais do capital, a educação passa a operar sob a lógica da mercantilização, da produtividade e da responsabilização individual, conseqüentemente limitando sua capacidade de promover a formação humana integral e crítica. Simultaneamente, entretanto, essa mesma dimensão não inabilita sua dimensão política, tampouco sua potencialidade de espaço que acalenta a ordem vigente.

Por fim, reafirma-se que pensar na educação como direito social e prática coletiva implica recusá-la enquanto mercadoria e resgatá-la como dimensão fundamental da vida em sociedade. Mesmo diante dos obstáculos impostos pelo capital, a educação pode e deve contribuir para a construção de projetos formativos orientados pela dignidade humana, pela justiça social e pela transformação das relações sociais. Dessa forma, a educação se mantém



como campo de contestação, no qual se questionam valores e horizontes possíveis para a formação humana e para a organização social.

REFERÊNCIAS

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 64. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022: resultados gerais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 18 fev. 2026.

